

POLÍTICA

PARTIDOS

Senado tenta superar escândalo e voltar à rotina

Mas evidências contra parlamentares podem produzir novos processos

ROSA COSTA
e DEMÉTRIO WEBER

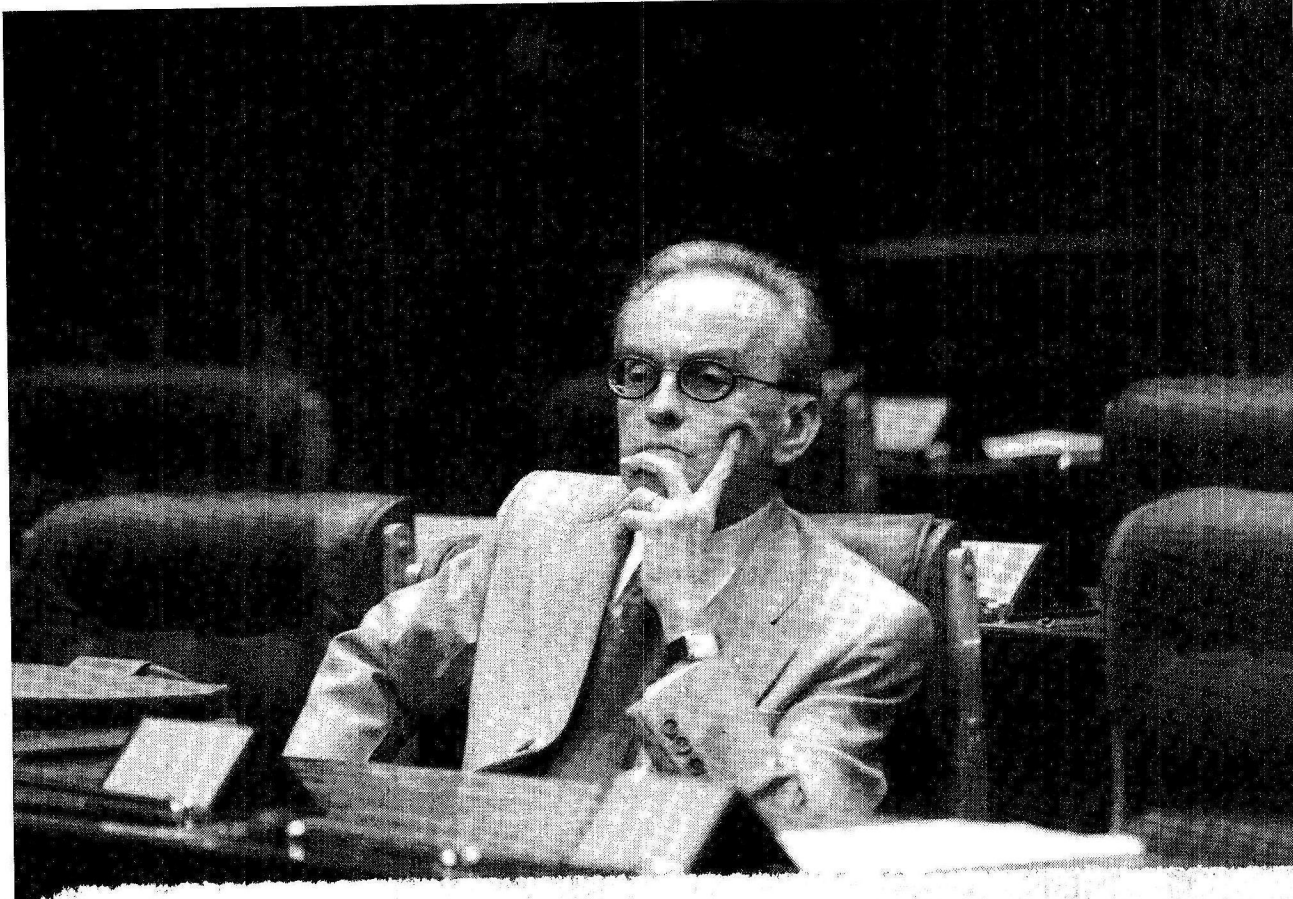
BRASÍLIA – O Senado vai retomar os trabalhos, a partir desta semana, diante de um dilema. Depois da queda de Jader Barbalho (PMDB-PA), cuja agonia política, encerrada com a renúncia na sexta-feira, dominou a agenda nos últimos seis meses, os senadores estão divididos entre reforçar a discussão de projetos e dar prosseguimento às investigações contra seus pares.

Um dos alvos potenciais é Luiz Otávio (sem partido-PA), indiciado pela Polícia Federal por crime contra o sistema financeiro. O senador é acusado de envolvimento do desvio de US\$ 13 milhões do Banco Nacional de Desenvol-

dos, gesto repetido depois pelo senador do Pará. Para Dutra, antes de qualquer avaliação, é necessário esperar pela posse de Fernando Ribeiro e pelo efeito do parecer da relatora da denúncia contra Luiz Otávio, senadora Heloísa Helena (PT-AL). A petista vai propor ao Conselho de Ética, nos próximos dias, que ele seja investigado por quebra de decoro parlamentar.

Tuma assegura que não há no PFL nenhuma articulação para processar o suplente de Jader. Prevê, porém, que o Senado terá dificuldades em não levar adiante um caso fortemente documentado. “Não podemos desobedecer à lei nem para punir nem para aliviar uma situação”, diz. “Mas no momento é difícil continuar buscando cadáveres dentro do armário.”

Rotina – Se depender do presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), a fase de denúncias será substituída pelo



Jefferson Péres resume a situação: “Se houver denúncias formais, vamos ter de examiná-las, embora o Senado todo esteja cansado”

vimento Econômico e Social (BNDES), que destinou o dinheiro para fabricação de 13 balsas nunca construídas. Outro sob o qual pesam suspeitas é justamente o provável substituto de Jader, Fernando de Castro Ribeiro, apontado pelo Ministério Público como um dos beneficiários de recursos saídos irregularmente dos cofres do Banco do Estado do Pará (Banpará).

Motivos não faltam para continuar a “faxina” na Casa, mas os parlamentares afirmam que estão exaustos com tanta turbulência. “Há um constrangimento, uma angústia em aprofundar esses casos”, admite o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). “Se houver denúncias formais, vamos ter de examiná-las, embora o Senado todo esteja cansado”, completa o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Tuma e Péres são os autores do parecer que recomendava a abertura de processo de cassação contra Jader.

Pressão – O líder do bloco da oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), acredita que a pressão da opinião pública, traduzida pela imprensa, é que vai definir os novos rumos do Senado. Foi assim nos casos de Jader e também, anteriormente, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PFL-DF), que renunciaram em maio para não serem cassa-

debate da reforma do Judiciário e da proposta orçamentária para ano que vem. Tebet avalia que a Casa já cumpriu sua missão moralizadora e espera ter de volta a rotina quebrada em abril do ano passado, quando começou o

duelo entre ACM e Jader.

O curioso é que o ritmo do trabalho do Senado não foi muito prejudicado pelos escândalos: a pauta de votação está em dia e só deixaram de ser examinadas as propostas polêmicas, sobre as quais não há consenso. É o caso do projeto que limita o porte de armas no País e o que obriga o governo a adotar novos procedimentos com relação aos consumidores de droga. O relator da reforma do Judiciário, Bernardo Cabral (PFL-AM), promete apresentar seu parecer ainda neste mês na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para Jefferson Péres, não há como prever o procedimento que o Senado adotará daqui para a frente. “Pode acontecer de tudo e pode não acontecer nada”, resume. A convocação do suplente de Jader será feita hoje à tarde, no início da sessão legislativa. A posse de Fernando Ribeiro depende da renúncia do primeiro suplente, o pai de Jader, Laércio Barbalho, que já anunciou não estar disposto a substituir o filho. Laércio também é acusado pelo Ministério Público de receber dinheiro desviado do Banpará.